

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ENGENHO UBU, NO MUNICÍPIO DE IGARASSU

Ernandes Luiz Tavares da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
tavares79ernandes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe-se a falar do potencial agrário e de produção, além das multifuncionalidades do assentamento Engenho UBU, no município de Igarassu. O objetivo deste artigo é debater, por meio de uma revisão teórica, escolhas de desenvolvimento agrícola com um enfoque voltado aos conceitos da multifuncionalidade da agricultura familiar no espaço agrário do assentamento Engenho UBU, localizado às margens da BR 101 Norte, no município de Igarassu, Região Metropolitana do Recife (RMR). Buscou-se entender as limitações, especificidades e oportunidades das famílias que vivem e trabalham na agricultura familiar, tendo o plantio de diversos produtos alimentícios como fonte de renda e subsistência.

Palavras-chave: assentamento; Igarassu; agricultura familiar; multifuncionalidade

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é debater, por meio de uma revisão teórica, escolhas de desenvolvimento agrícola com um enfoque voltado aos conceitos da multifuncionalidade da agricultura familiar no espaço agrário do assentamento Engenho UBU, localizado às margens da BR 101 Norte, no município de Igarassu, Região Metropolitana do Recife (RMR), na divisa com o município de Goiana. Dentro dessa abordagem, objetiva-se entender as especificidades, oportunidades e limitações da aplicação desses conceitos na localidade. O assentamento existe há 30 anos, possui 36 famílias e diversos produtos são produzidos nas propriedades, vendidos nas feiras da região, ao mesmo tempo servindo de alimento e subsistência nos lares desses trabalhadores rurais. A pesquisa espera obter

relevância entre os pesquisadores acadêmicos no assunto e a Secretaria de Agricultura e Pesca de Igarassu, que hoje volta seu reconhecimento e atenção ao assentamento, o considerando como grande potencial de desenvolvimento local.

O interesse em conhecer mais a fundo o assentamento UBU, para então pesquisar e tornar o resultado desta pesquisa um material científico, se deu quando houve a I Feira do Agricultor de Igarassu, realizado no dia 30 e 31 de Julho de 2013, e na ocasião todos os assentados estiveram expondo suas produções agrícolas e criações de animais, que há tempos e na atualidade vem suprindo às necessidades de sobrevivência e subsistência dos trabalhadores rurais deste local. Outro fator de importância para a realização deste estudo é o fato de não haver nenhum material científico do mesmo gênero que retrate um pouco da história e do trabalho realizado no assentamento Engenho UBU. Este assentamento já visto como o principal motivador da agricultura familiar no município. As vendas de frutas, verduras, legumes, hortaliças e alguns tipos de animais vêm se tornando conhecidos entre a população rural e urbana de Igarassu.

O primeiro contato foi dado no dia em que teve início a I Feira do Agricultor, realizado na área de lazer do bairro de Cruz de Rebouças, Igarassu. Assim que as primeiras barracas ficaram expostas, iniciou-se uma conversa informal com os agricultores de cada stand, um tipo de entrevista. Logo após esta fase, o idealizador e incentivador deste evento, Edilson Uchôa¹, forneceu as demais informações para a produção textual, como também avaliou positivamente a ideia e proposta do assunto a ser abordado no artigo.

CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A multifuncionalidade é vista ou considerada como uma possibilidade de realização de um bem ou serviço, sendo ela positiva ou negativa, além das atividades tradicionais já desenvolvidas. Segundo Maluf (2002), a noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social.

Na agricultura familiar, este termo é bastante forte e presente no fato de que os trabalhadores que desenvolvem atividades de plantio e colheita diárias no campo podem vir a exercer funções residenciais, ambientais, turísticas, políticas, sociais e culturais. O que, em outros tempos, poderia ser avaliada por conta do caráter comercial.

Para Laurent (1999) apud Cazella (2001a, p.6), “Os debates em torno das novas formas de se apreender o rural procuram romper com a concepção de desenvolvimento agrícola dominante. A mesma autora afirma que o movimento modernizante da agricultura não se generalizou como único modelo, mas que a diversidade social da agricultura familiar corresponde de forma mais equânime a

¹ Secretário de Agricultura e Pesca do Município de Igarassu.

determinadas questões relacionadas ao desenvolvimento rural contemporâneo. Para a autora, a multifuncionalidade agrícola pode ser definida, genericamente, como “o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade”. Desta maneira, a grande capacidade da agricultura em absorver inúmeras outras formas de organização produtiva, afastando-se do que preconiza o modelo “produtivista”, está na base da construção social da multifuncionalidade agrícola. (ALVES, 2004, p. 19).

Diante do modelo de sustentabilidade, a agricultura vem ganhando novas conotações, coligadas não somente ao jeito produtivo, mas também à prevenção dos recursos naturais e dos espaços rurais, em um reconhecimento de sua multifuncionalidade. Valorizando as funções socioambientais desempenhadas pelos trabalhadores do campo e as variadas formas de agricultura exercidas.

Foi num encontro realizado em 1992, no Estado do Rio de Janeiro (ECO-92), que debatedores, estudiosos, pesquisadores e governo reconheceram o termo “aspectos da multifuncionalidade da agricultura”, individualmente voltado à segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Visto que a atividade agrícola pode moldar a paisagem local, originar benefícios ambientais e colaborar para a viabilidade socioeconômica.

No assentamento Engenho UBU 36 famílias de assentados vivem no local e sobrevivem única e exclusivamente da plantação e venda de produtos como: inhame, macaxeira, batata-doce, milho, mamão, abacaxi, laranja, banana, melancia, manga, jaca, coco verde e seco. Outras variedades de produtos são as hortaliças (tomate, pimentão, couve, maxixe, quiabo, coentro, cebolinha e alho poro), tendo bastante saída na comercialização durante a semana, próximo de suas residências, haja vista que o assentamento fica às margens da BR 101 Norte e por isso atrai a atenção dos consumidores que ali transitam com carros, motos e caminhão. E também nos finais de semana quando se deslocam para a feira do centro de Igarassu. Na criação de animais (bodes, carneiros, galinhas e vacas), os agricultores trabalham com essas espécies que reforçam ainda mais a diversidade do assentamento.

Cada assentado possui 10 hectares de terra onde vive e produz diariamente. O assentamento existente a três décadas e, segundo informações dos mais antigos, foi necessário muita luta e persistência para obter o pedaço de chão e se manterem no local. Os posseiros também fazem parte do programa do Governo Federal Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Sindicato Rural, Programa Sementes da Gente e Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), e estão batalhando para conquistar suas inscrições no programa do Governo Federal PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), onde, segundo os líderes da comunidade e o gestor da pasta de Agricultura e Pesca da Cidade de Igarassu, Edilson Uchôa, cada detentor pode construir até quatro casas, que posteriormente venha beneficiar seus herdeiros ou parentes mais próximos.

Os assentamentos rurais se definem como novas integrações de produção agrícola, através das políticas governamentais, objetivando o reordenamento da utilização da terra ou a conquista de novos

padrões sociais. A luta pela terra é a principal forma de sonhar com a conquista do pedaço de chão entre os camponeses e movimentos socioterritoriais no Brasil. Como meio de resposta foram criados os assentamentos, que ao mesmo tempo burlou a tão sonhada reforma agrária no país. Martins (2000, p.107) define a reforma agrária como “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade”.

No livro “A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas”, Medeiros e Leite (1999) afirmam que a criação dos assentamentos começou a surgir no final da década de 70 e início de 80, assumindo o fato de que todo o assentamento é resultado de conflitos sociais ligados ao argumento onde o tema principal é a reforma agrária e por outro lado, trazer soluções e aliviar as tensões sociais oriundas dessas demandas.

A luta pela sobrevivência é uma das características do ser humano e, dentro dessa luta, cabe perfeitamente o empoderamento de querer ter sua posse e fazer dela o principal meio de vida. Como foi citado antes, o surgimento das batalhas dos assentados no Brasil, nas últimas décadas do século passado, é pertinente acreditar que essa luta e forma de organização por pequenos ou grandes grupos de agricultores já venha de muitos anos ou de muitas décadas atrás. Mas, que só nesse período onde a literatura acima fala é que tenha se tomado consciência da existência e do surgimento do termo assentamento.

No final da década de 1980, o Estado de Pernambuco teve suas primeiras ocupações de assentados, apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Logo após essas ocupações, muitas outras começaram a surgir em cidades do interior pernambucano na tentativa de conseguir se fazer uma reforma agrária no local onde escolhiam para ocupar. Houve uma expectativa para que o governo estadual pudesse apoiar a iniciativa das ocupações de terra e a luta pela reforma agrária no Estado. No entanto, esse assunto era sempre motivo de conflitos e perseguições por parte dos governantes e dos fazendeiros, donos das terras invadidas, que retiravam a força os trabalhadores rurais, acobertados por ordem judicial.

Na realidade atual, já é possível enxergar uma certa atenção e infraestrutura voltada e desenvolvida nos assentamentos do Estado e do país. Mesmo não sendo o modelo ideal sonhado pelos precursores e por tantos outros que lutaram e morreram sem nunca terem adquirido um pedaço de chão, algumas ações e investimentos da parte das políticas públicas visam à qualidade de vida dos assentados. Em parcerias com as prefeituras são investidos programas do Governo Federal e projetos, amparados por Ongs, Universidades ou movimentos sociais. Identificando a demanda e trabalhando lado a lado com a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as

prefeituras desenvolvem ações sob duas frentes: projetos de assentamentos em implantação e a recuperação, qualificação e emancipação de projetos dos assentados.

Esses programas buscam aumentar a renda dessas famílias que já desenvolvem atividades extras nos assentamentos, valorizando características regionais, experiências e potencialidades da localidade. Elevando a economia do município a partir da geração da diversidade de produtos, e posteriormente obtendo o retorno de tudo isso com os impostos sendo pagos e investidos pela população local. Para tanto, as gestões municipais incentivam empresas locais a participarem de ações com projetos de fomento agroindustriais nos assentamentos da reforma agrária.

Muitos assentamentos recebem apoio e assistência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (Fetape), que há 51 anos vem representando, defendendo, mobilizando e organizando os trabalhadores e trabalhadoras rurais na persistência de obter um desenvolvimento rural sustentável e solidário. Contribuindo assim na melhoria e qualidade de vida no campo para a população rural, que segundo o Censo IBGE 2010, giram em torno dos 1.746.164 de habitantes. Dessa forma, boa parte desses trabalhadores em Pernambuco é representado pela instituição, já que a média de membros por família é de cinco pessoas e no geral um membro dessa família é sindicalizado pela Fetape. Além disso, existem muitos movimentos organizados nos engenhos, sítios, comunidades e fazendas que adquirem da Fetape orientação para que o trabalho atinja mais diretamente outras áreas rurais e as tomadas nas decisões seja um fator democrático assumido pela entidade.

ANÁLISE

Analisando o espaço e situação atual do assentamento Engenho UBU, percebe-se um notório otimismo no trabalho e modo de vida dos assentados desta região. Hoje, segundo relatos dos mesmos, o novo governo municipal vem dando uma atenção especial e oferecendo alternativas de multiplicação nas atividades diárias dos ruralistas, que antes não se via e nem recebiam. Distribuição de sementes e outras formas de manter o crescimento e fortalecimento deste assentamento em Igarassu tem sido uma das estratégias da Secretaria de Agricultura e Pesca da Cidade no ano de 2013.

São feitas reuniões mensais com os líderes e demais integrantes do assentamento para discutir assuntos e problemas inseridos na pauta do encontro. Já é possível encontrar uma quantidade significativa de pessoas que vão às reuniões com os funcionários da Secretaria de Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Igarassu (PMI). No início, houve uma expressiva resistência em participar desse momento de conversa e discussão no objetivo de trazer ideias e soluções para as demandas diárias, tendo em vista o tempo de desprezo e abandono que relataram sofrer por parte das gestões anteriores.

Com a compra de maquinário pesado de trabalho com a terra e outras ferramentas para o uso nas atividades no campo, a PMI conseguiu contribuir e se tornar um forte facilitador desenvolvimentista nas plantações, vendas de produtos, alternativas de renda extra e tarefas braçais que antes dificultavam um pouco o crescimento e a qualidade de trabalho. O olhar de agradecimento e satisfação agora é marcante nos rostos dos assentados que ali residem e convivem uns com os outros. Prova disso, é a recepção que hoje é dado a qualquer servidor da prefeitura quando visitam o assentamento.

Outras importantes ações que a PMI começou a implantar neste assentamento, através de outras secretarias, foram os serviços de saúde, educação, ação social, desenvolvimento econômico e outros. Um mutirão realizado na localidade fez com que muitas pessoas tirassem documentos, se submetessem a exames clínicos, regularizassem o cadastro no bolsa família, tarifas sociais em contas de água e luz, dentre outras melhorias.

Com isso, o assunto virou pauta nos jornais locais de Igarassu, começando a noticiar o feito e a evolução do assentamento do Engenho UBU. A população igarassunse e de cidades circunvizinhas quando vão à feira já reconhece e procura pelos produtos comercializados pelos agricultores rurais do assentamento, tendo consciência de que o que é plantado no engenho e posteriormente vendido no comércio, é da terra, é natural, está livre de agrotóxicos e fertilizantes que prejudicam a saúde.

Em 2014, a PMI implantou um posto de saúde no assentamento Engenho UBU, sendo esta solicitação uma reivindicação dos produtores rurais, que, na ocasião do pedido, alegaram a distância que enfrentam com relação às unidades de saúde e PSFs de Igarassu, e também pelo tempo que ganhariam tomando os cuidados médicos necessários, já que passam parte do dia no roçado. As mulheres e crianças do assentamento vinham passando por falta de atenção médica e pediátrica, daí o aumento na incidência de doenças.

Na parte de comércio, os posseiros tiveram um avanço nas vendas e divulgação daquilo que é plantado e também vendido no próprio assentamento. O apoio entre os posseiros sempre foi uma fundamental característica para estarem unidos e sobrevivendo no mesmo lugar e lutando por melhores condições de vida. Outro marco na história desses homens e mulheres do campo é a persistência em se manterem na atividade campesina e acreditando sempre na sobrevivência vinda da terra. Criarem filhos, netos e outras gerações com o trabalho da agricultura familiar. Passando de pai para filho o manejo e conhecimento de tudo que é plantado e como é a forma de criação de alguns animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, a iniciativa foi tomada e espera-se que muitos outros benefícios sejam feitos, porém, não na mesma medida e proporção de luta que veio se travando ao longo das décadas e tempos atrás.

Nem de longe em comparação ao peso e medida do suor de batalha e trabalho que esses assentados tiveram que usar durante a tentativa de conquista de um pedaço de terra. Todavia, o sentimento de dever cumprido e sonho de ver outras aquisições na localidade onde estão residindo é um fato que ainda os mantém lutando e buscando novas formas de trabalho e renda extra.

Os assentados do Engenho UBU, no município de Igarassu, afirmam que levaram muito tempo para chegarem ao patamar que estão, contudo acreditam que poderia ter sido bem antes, mas também reconhecem que em comparação a outros movimentos de trabalhadores que lutam para estarem assentados, já podem se considerar vencedores. A diversidade de produtos alimentares, apoio de instituições ligadas ao meio rural e do governo municipal são meios que os sustentam otimistas e confiantes no futuro.

A I Feira do Agricultor de Igarassu foi o resultado e a força desse empenho de trabalho árduo onde são submetidos dia a dia, com sol ou chuva sobre a terra. Na ocasião, puderam se mostrar com maior proporção para a Cidade de Igarassu, tendo em vista a divulgação que foi feita em torno do evento. Por isso, é necessário reconhecer no campo uma forma de compartilhar sobrevivência aliado ao crescimento econômico. Podendo ser daí a saída para a falta de trabalho e suprimento da fome que muitas pessoas enfrentam no mundo. O assentamento do Engenho UBU é considerado um bom exemplo neste sentido. De que a luta pela terra vale a pena quando a fé e a resistência não são pequenas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Arilde Franco. **O Caráter Multifuncional da Agricultura**: Um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto Vale do Itajaí/SC. 2004. 140 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, R.S. (Orgs). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária** – O impossível diálogo sobre a história possível. Tempo social; Rev. Social. USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- MALUF, R.S. **O Enfoque da Multifuncionalidade da Agricultura**: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.; WILKINSON, J. (Org.) *Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LETTE, Sérgio. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**: Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- Revista Por Um Brasil Rural com Gente Feliz. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Políticas Agrícolas e Programas para os Municípios.
- Jornal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). Acesso à Terra. Edição agosto de 2013.